

Impostos e ADSE (in jornal O Primeiro de Janeiro de 2006-10-05)



Paulo Mendo*

Numa daquelas novidades com que somos brindados pelos Ministros dia sim, dia sim, soubemos que o Governo, com certeza com o apoio e talvez sugestão do Ministro da Saúde, se prepara para aumentar para 1,5%, o desconto de 1% que os funcionários públicos sofrem, desde há mais de trinta anos, para financiar a ADSE (Assistência na Doença dos Servidores do Estado).

Anunciando a boa nova, veio o Ministro das Finanças dizer que o défice da ADSE é já de muitos milhões e que não seria justo que essa dívida fosse paga pelo contribuinte geral, mas sim, pelo directo beneficiário do sistema que é o funcionário público.

Ouvindo-o, será difícil não estar de acordo.

Se é um subsistema de saúde que beneficia um grupo populacional de forma mais eficaz e cómoda do que o faz o Serviço Nacional de Saúde (SNS) à restante população, é lógico que sejam esses

beneficiários a pagar eventuais derrapagens do seu subsistema.

Quem não estará de acordo com esta posição!

Simplesmente, a realidade é bem outra e muito diferente.

Primeiro que tudo, o subsistema é obrigatório, todos os funcionários públicos estão nele inscritos e sofrem esse desconto sem ninguém lhes perguntar se aceitam abandonar o SNS a que, como qualquer português, têm direito.

Sucede por isso que, enquanto o contribuinte paga os seus impostos normais que englobam a sua quota-parte destinada à Saúde, os funcionários públicos pagam o mesmo, ... mais 1% do salário!

Até à revisão da Constituição que passou a considerar o SNS universal e tendencialmente gratuito, abrindo assim a possibilidade de alguma cobrança, os funcionários públicos descontavam 1% do seu salário o que seria mesmo de constitucionalidade duvidosa.

E para quê?

Para beneficiarem de uma maior liberdade de escolha do médico, beneficiando de reembolso de parte das despesas de saúde e pouco mais.

Assim o SNS passou a cobrar-se de todos os serviços prestados a beneficiários da ADSE o que em última e primeira análise significa que, embora pagando os mesmos impostos que um qualquer cidadão, o beneficiário perde os seus direitos e paga segunda vez aquilo que já pagou através dos seus impostos!

Nada tenho contra a ADSE e simpatizo mesmo com o sistema de liberdade e reembolso que utiliza, mas, como subsistema deveria, primeiro, ser voluntário, e por último libertar o beneficiário da parte correspondente nos seus impostos destinada ao SNS.

Qualquer grupo, comunidade ou profissão, deve ter o direito de criar um subsistema próprio de assistência na doença, contratar um seguro saúde, ou criar um serviço prestador para os seus aderentes.

Mas nesse caso, isso deve implicar a adesão voluntária dos aderentes ao subsistema, que, porque renunciam aos seus direitos nos serviços públicos, devem ficar isentos da parte dos seus impostos que financiam estes serviços.

Insisto, esta escolha livre, este "opting out", esta renúncia ao serviço público por desejar um serviço próprio, deve ser acompanhada pela diminuição do imposto correspondente, descontada a obrigação social solidária que existe no imposto. Ora nada disto sucede na ADSE.

Nem é de inscrição livre, nem ao seu forçado aderente é poupado um qualquer imposto.

O seu internamento hospitalar, como qualquer outro serviço recebido, é pago pela ADSE, segundo preços todos os anos actualizados, como se ele não fosse um cidadão que pagou impostos e tem o mesmo direito, que qualquer um, a ser tratado no SNS gratuitamente e apenas pagando a respectiva taxa moderadora

Quer dizer, o funcionário público paga imposto para se tratar e perde o direito de ser tratado no SNS, apesar de pagar a integralidade dos seus impostos. Ou seja paga duas vezes os serviços que o SNS lhe presta!

Nem o Sr. Ministro das Finanças disse isto, nem eu vi que este problema tivesse sido levantado.

Como sempre tentam tapar-se os furos que surgem, com impostos disfarçados, sem uma estratégia visível, sem uma medida de fundo, continuando a irracionalidade do financiamento da saúde e a política de saúde transformada no único objectivo perceptível: poupar dinheiro, evitando o défice.

É evidente que a utilização racional e disciplinadíssima das receitas é imperiosa, mas faz parte de todas as administrações de qualidade e não é um processo só exigido em maré de crise.

Por isso é evidente que basear a política na procura desenfreada de uma qualquer receita que tape furos, sem ir ao fundo dos problemas é condenar o País a um futuro cada vez mais complicado e com muito mais lixo debaixo do tapete.

E o fundo do problema está na forma de financiamento da saúde que é urgente modificar de forma a fazer desaparecer a ADSE e fazer com que todos os cidadãos tenham a mesma qualidade de serviços, possam ter liberdade de escolha e paguem de acordo com a sua riqueza.

Quando é que exigiremos a solidariedade dos ricos para que não mais haja gente que não se pode tratar porque, se não pode ir ao padeiro, como pode ir à Farmácia aviar a receita de que paga 40 ou 60% do seu custo, como qualquer rico seu compatriota?

Aumentar o desconto aos funcionários públicos pode talvez aliviar o défice, mas nada mais resolve, nada equaciona, nenhum luz deixa ver no horizonte, mas talvez contribua para que mais gente nem ao padeiro possa ir.

*Médico - ex-ministro da Saúde